

PESQUISA E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESPECIFICIDADES, DESAFIOS E O PAPEL DA EXTENSÃO NO ENFRENTAMENTO AO ANALFABETISMO

Amadeu Batista Matos¹

¹ Professor da Educação Básica na função de Coordenador Pedagógico na Educação de Jovens e Adultos e no Goiás Tec da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - SEDUC-GO Valparaíso de Goiás, Goiás, Brasil. E-mail: amadeu.bm@gmail.com

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como um campo pedagógico de considerável complexidade e inegável relevância para a promoção da equidade social e a efetivação do direito à educação ao longo da vida. Este artigo propõe uma análise sobre a importância da pesquisa e da formação docente especializada para a atuação qualificada na EJA, considerando as particularidades de seu público. Esse segmento educacional demanda abordagens pedagógicas que transcendem os modelos convencionais aplicados no ensino regular, exigindo uma sensibilidade e um repertório didático-metodológico diferenciado. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em suas diretrizes estendidas à EJA, emerge como um referencial orientador para a construção de práticas educativas eficazes e para a qualificação contínua dos profissionais da educação. Explora-se o potencial transformador da pesquisa e da extensão universitária no âmbito da graduação como ferramentas catalisadoras para o aprofundamento do conhecimento sobre a EJA e para a capacitação de futuros educadores diante dos persistentes desafios impostos pelo analfabetismo. Dados recentes, provenientes de estados como Ceará, Distrito Federal, Goiás e São Paulo, são contextualizados para demonstrar a urgência da temática, reforçando a necessidade de uma atuação docente consciente, direcionada e sólida para superar as barreiras educacionais e fomentar a autonomia e o protagonismo dos sujeitos da EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Formação Docente; Analfabetismo; Pesquisa e Extensão na Graduação; Pacto da EJA.

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Introdução

No panorama educacional brasileiro, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) transcende a oferta de escolarização tardia, posicionando-se como uma modalidade de ensino intrinsecamente vinculada aos princípios da justiça social e à universalização do direito à educação ao longo da vida. Destinada a indivíduos que, por diversas razões socioeconômicas e históricas, não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos na idade regular, a EJA é permeada por desafios que exigem uma preparação pedagógica que vai além da formação tradicional dos cursos de licenciatura. A formação de educadores para essa modalidade, portanto, não pode se restringir à simples transposição de metodologias do ensino regular; ela demanda uma compreensão aprofundada das trajetórias de vida, dos saberes prévios e das motivações de seus estudantes. A complexidade desse público exige uma abordagem pedagógica que valorize a experiência acumulada, o contexto social e as aspirações individuais, transformando o ambiente de aprendizagem em um espaço de diálogo e construção coletiva de conhecimento.

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a importância de qualificar a formação inicial de professores para a EJA, enfatizando as peculiaridades desse público e os referenciais pedagógicos que a sustentam. A base norteadora para esta análise é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que, com suas diretrizes expandidas para a EJA, oferece um caminho estratégico para o aprimoramento das práticas e da formação continuada, com reflexos significativos na graduação. O objetivo central é analisar a relevância da formação docente especializada, explorar as possibilidades da pesquisa e da extensão universitária como meios eficazes de capacitação de futuros educadores e discutir como essa articulação pode contribuir para a erradicação do analfabetismo no Brasil, especialmente no contexto da EJA.

Desenvolvimento

O percurso educacional de jovens e adultos que buscam a EJA é, na maioria das vezes, distinto daquele vivenciado por crianças e adolescentes no ensino regular. Tais indivíduos trazem consigo uma bagagem de vida, experiências profissionais e desafios pessoais que moldam sua relação com o conhecimento e com a instituição escolar. A especificidade desse público, que muitas vezes retorna à escola após longos anos de afastamento, demanda metodologias de ensino-aprendizagem que valorizem seu saber prévio, sua autonomia e sua

capacidade de reflexão crítica. Paulo Freire (1987), um dos maiores expoentes da educação de adultos, já defendia a "leitura do mundo antes da leitura da palavra", sublinhando a importância de partir da realidade do educando para construir o conhecimento, uma premissa que se torna ainda mais vital na EJA. A pedagogia freiriana, ao propor uma educação problematizadora e dialógica, reconhece o educando como sujeito ativo de seu processo de aprendizagem, capaz de transformar sua realidade a partir da compreensão crítica do mundo. Essa abordagem é fundamental para a EJA, onde os estudantes carregam experiências de exclusão e marginalização, e a escola deve ser um espaço de empoderamento e ressignificação de suas trajetórias.

A taxa de analfabetismo no Brasil, apesar de uma redução progressiva ao longo das últimas décadas, ainda representa um entrave para o pleno desenvolvimento social e econômico do país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem sido a principal fonte de dados para monitorar essa realidade, revelando disparidades regionais e demográficas que exigem atenção. Conforme dados recentes do IBGE (2022), a persistência do analfabetismo se manifesta de diferentes formas, indicando a necessidade de políticas educacionais e de formação docente que sejam sensíveis às particularidades de cada contexto:

Ceará: a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais, que era de 9,3% em 2022, embora em redução gradual, ainda exige atenção, especialmente em áreas rurais e entre a população mais idosa. Este cenário aponta para a necessidade de políticas educacionais e programas de formação docente que considerem as especificidades culturais e socioeconômicas do semiárido e das comunidades tradicionais. A atuação do professor da EJA neste estado, por exemplo, deve estar preparada para lidar com a diversidade linguística regional, as práticas culturais locais e as demandas de uma população que muitas vezes tem na agricultura familiar sua principal fonte de subsistência, integrando esses elementos ao currículo e à prática pedagógica.

Distrito Federal: apresenta uma das menores taxas do país, com 2,2% para pessoas de 15 anos ou mais. Contudo, a presença de analfabetos funcionais e de indivíduos que não concluíram a educação básica permanece como um desafio para a EJA local, indicando que a mera alfabetização não garante a plena participação cidadã e a continuidade dos estudos. A formação docente aqui precisa ir além da alfabetização inicial, focando no letramento pleno e na capacitação para que os estudantes possam acessar o mercado de trabalho, continuar seus estudos e exercer sua cidadania de forma mais completa em um ambiente urbano e altamente competitivo.

Goiás: com uma taxa de 4,3% para pessoas de 15 anos ou mais, o estado enfrenta desafios na inclusão de comunidades tradicionais e em regiões mais afastadas dos centros urbanos, onde o acesso à educação formal é mais precário. A formação de professores para a EJA em Goiás deve, portanto, contemplar estratégias de ensino adaptadas a contextos multiculturais e de baixa densidade demográfica, promovendo a valorização dos saberes locais e a construção de um currículo que dialogue com a realidade dos povos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas, por exemplo.

São Paulo: apesar de ser o estado mais populoso e economicamente desenvolvido do Brasil, ainda lida com uma taxa de analfabetismo de 2,3% para pessoas de 15 anos ou mais, especialmente entre a população migrante e nas periferias das grandes cidades. Este dado ressalta que o desenvolvimento econômico não erradica automaticamente o analfabetismo, evidenciando a necessidade de políticas públicas focalizadas e de uma formação docente que atenda às demandas de uma população urbana diversificada e em constante movimento, muitas vezes com necessidades de qualificação profissional e integração social.

Esses dados, embora gerais, indicam a persistência do analfabetismo em diferentes contextos e a urgência de políticas educacionais e de uma formação docente eficaz, alinhada às realidades regionais. A EJA emerge, assim, como a resposta institucional para muitos desses indivíduos, e o professor, o principal agente de mudança nesse processo. A visão de Anísio Teixeira (1968), que defendia uma escola pública, laica, gratuita e de qualidade para todos, incluindo os adultos, ressoa com os propósitos da EJA, que busca oferecer uma educação conectada com a vida e com as necessidades sociais dos educandos. Teixeira, ao advogar por uma educação que preparasse o indivíduo para a vida em sociedade e para o trabalho, antecipou muitos dos desafios que a EJA enfrenta hoje, reforçando a necessidade de uma formação docente que integre teoria e prática, e que esteja atenta às demandas sociais e econômicas dos estudantes.

Nesse contexto, o Pacto da EJA (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para a EJA), lançado em 2024 pelo Ministério da Educação (MEC), surge como uma iniciativa fundamental para fortalecer a qualidade da educação de jovens e adultos, com foco na alfabetização e no letramento. Conforme o Ministério da Educação (MEC), "O Pacto da EJA representa um compromisso nacional em assegurar que jovens e adultos tenham acesso a uma educação de qualidade, que contemple suas especificidades e promova sua plena participação social. Ele visa à formação continuada de professores e ao desenvolvimento de materiais pedagógicos adequados." Esse pacto não apenas oferece um arcabouço teórico-metodológico para a formação de docentes, mas também enfatiza a importância de práticas pedagógicas

diferenciadas e contextualizadas, que reconheçam a experiência de vida dos educandos como ponto de partida para a construção do conhecimento. A adesão a esses princípios na formação universitária é um passo para construir um corpo docente engajado e capacitado, capaz de atuar de forma transformadora, promovendo não apenas a aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas também o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia.

O papel da graduação na formação do educador da EJA

A formação docente na graduação representa um momento estratégico e oportuno para desmistificar a EJA e equipar os futuros professores com as ferramentas teóricas e práticas necessárias para atuar neste campo tão específico. No entanto, é uma constatação que o currículo de muitos cursos de licenciatura ainda dedica pouca atenção à EJA, tratando-a, por vezes, como uma área secundária ou meramente complementar. Essa lacuna curricular compromete a preparação dos futuros educadores para os desafios inerentes à modalidade, perpetuando a ideia de que a EJA pode ser ensinada com as mesmas metodologias do ensino regular, o que se mostra ineficaz. Para reverter esse quadro e garantir uma formação mais integral, é fundamental que a pesquisa sobre a EJA seja integrada de forma orgânica e transversal à formação inicial, permitindo que os futuros educadores compreendam a complexidade e a riqueza dessa modalidade, bem como as abordagens pedagógicas mais adequadas.

A revisão da literatura na área da educação oferece subsídios importantes para a compreensão aprofundada da EJA e da formação docente. Além de Paulo Freire (1987), cujas ideias sobre a pedagogia libertadora e a leitura do mundo são basilares para a EJA, outros teóricos contribuem para a construção de um arcabouço teórico-metodológico. Dermeval Saviani (2005), com sua pedagogia histórico-crítica, oferece um referencial para compreender a educação como um instrumento de acesso ao saber sistematizado, capaz de promover a emancipação humana. Para Saviani, a escola deve atuar na apropriação crítica da cultura elaborada, um aspecto essencial para jovens e adultos que buscam na EJA a reparação de uma trajetória escolar interrompida. A formação na graduação, portanto, deve capacitar o futuro docente a mediar essa apropriação crítica, selecionando e transmitindo conteúdos culturais de forma contextualizada e significativa para os educandos da EJA, permitindo que eles compreendam as raízes históricas e sociais dos conhecimentos e os utilizem para transformar suas realidades.

Moacir Gadotti (2000), seguidor das ideias freirianas, enfatiza a importância de uma educação para a autonomia, a inclusão social e o respeito à diversidade cultural. Ele argumenta que a EJA deve ser um espaço de produção de novos saberes e de valorização das identidades dos sujeitos. Gadotti defende uma educação que promova a participação ativa dos educandos na construção do conhecimento, reconhecendo suas experiências e saberes como ponto de partida para novas aprendizagens. A pesquisa na graduação pode, nesse sentido, focar em metodologias participativas que engajem os estudantes da EJA na construção de seus percursos formativos, em consonância com as propostas de Gadotti, promovendo uma prática pedagógica que celebre a pluralidade e a experiência de cada indivíduo, e que os prepare para atuar de forma crítica e transformadora em suas comunidades.

Já Miguel Arroyo (2007), tem dedicado parte de sua obra a discutir a EJA, enfatizando a necessidade de reconhecer os sujeitos da EJA não apenas como alunos, mas como sujeitos de direitos e de saberes. Ele critica veementemente a visão reducionista da EJA como mera "compensação" por uma escolarização perdida, defendendo que ela seja, antes, um espaço de construção de novas oportunidades e significados. Arroyo argumenta que a EJA deve ser um direito fundamental, e não uma concessão, e que os educandos devem ser vistos como portadores de uma história rica e de conhecimentos válidos. A pesquisa na graduação, sob a ótica de Arroyo, poderia investigar as políticas e práticas educacionais que de fato promovem o reconhecimento e a valorização dos educandos da EJA, indo muito além da simples oferta de escolarização para abraçar uma perspectiva de emancipação e cidadania plena, questionando as estruturas que historicamente negaram o acesso à educação a esses indivíduos.

Extensão Universitária: estratégias para a qualificação docente na EJA

A extensão universitária, conforme preconizado nas diretrizes curriculares nacionais, deve ser compreendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, promovendo uma interação transformadora entre a universidade e a sociedade. No contexto da formação docente para a EJA, a extensão se revela um canal privilegiado para que os estudantes de graduação vivenciem a realidade complexa e multifacetada dessa modalidade. Essa imersão prática, aliada à reflexão teórica, é crucial para a formação de um educador sensível, competente e engajado com as demandas sociais. A extensão permite que o futuro professor saia dos muros da academia e confronte a teoria com a prática, desenvolvendo uma compreensão mais profunda dos desafios e das potencialidades da EJA.

A participação em projetos de extensão voltados para a EJA permite que os futuros professores:

1. Compreendam as particularidades do processo de alfabetização de adultos: diferentemente da alfabetização infantil, a de adultos demanda estratégias que considerem a maturidade cognitiva, as experiências de vida e os objetivos práticos dos educandos. A extensão oferece o campo para experimentar e adaptar essas estratégias, como a utilização de temas geradores propostos por Freire (1987), que partem do universo vocabular dos próprios alunos para construir o processo de alfabetização.
2. Desenvolvam a sensibilidade para acolher as histórias de vida e os saberes prévios dos educandos da EJA: utilizar esses saberes como ponto de partida para a aprendizagem, em consonância com a pedagogia freiriana, é um diferencial que a vivência em campo proporciona, fomentando uma relação de respeito e valorização mútua. Essa sensibilidade é necessária para estabelecer um vínculo pedagógico eficaz, onde o professor se torna um mediador e facilitador, e não apenas um transmissor de conteúdo.
3. Experimentem metodologias ativas e problematizadoras: em conformidade com as propostas de Paulo Freire e as diretrizes do Pacto da EJA, a extensão permite que os futuros docentes superem modelos pedagógicos tradicionais que se mostraram ineficazes para este público, desenvolvendo abordagens mais engajadoras e significativas. Isso inclui a criação de projetos interdisciplinares, a utilização de recursos tecnológicos e a promoção de debates sobre temas relevantes para a vida dos estudantes.
4. Produzam materiais didáticos adaptados e inovadores: a prática extensionista incentiva a criação de recursos que considerem a cultura, a linguagem e os interesses dos adultos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais relevante e acessível. A elaboração de materiais que dialoguem com a realidade do trabalhador, do pai de família, da mãe de família, por exemplo, é fundamental para manter o engajamento e a motivação.
5. Pesquisem sobre os impactos sociais e culturais da alfabetização de jovens e adultos em suas comunidades: compreender a EJA em sua dimensão mais ampla, como um vetor de transformação social, é um aprendizado que a pesquisa e a extensão podem proporcionar, conectando a teoria à realidade. A pesquisa pode, por exemplo, investigar como a alfabetização impacta a participação política, o acesso a direitos e a melhoria das condições de vida dos indivíduos e de suas famílias.

Pesquisa na Graduação

A pesquisa acadêmica desenvolvida no âmbito da graduação, seja por meio de iniciação científica ou de trabalhos de conclusão de curso, pode e deve abordar temas relevantes para a EJA, enriquecendo o campo com novas perspectivas e soluções. Tópicos como "Os desafios da permanência na EJA e as estratégias de engajamento", "Metodologias de alfabetização para contextos urbanos e rurais na EJA: um estudo comparativo", "A relação entre trabalho e educação na perspectiva dos educandos da EJA e suas implicações pedagógicas" ou "O papel da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem da EJA: potencialidades e limitações" são exemplos de questões que podem ser investigadas com rigor científico. Essa produção de conhecimento não só enriquece o campo da EJA, mas também aprofunda a compreensão dos futuros docentes sobre a modalidade, instrumentalizando-os para uma prática pedagógica mais eficaz, engajada e inovadora. A investigação sobre a EJA na graduação contribui para a construção de um corpo de conhecimento específico, que subsidia a formulação de políticas públicas e a melhoria das práticas pedagógicas, conforme a visão de Saviani (2005) sobre a importância da apropriação crítica do saber.

O Grupo de Trabalho "A pesquisa na graduação sobre a Educação de Jovens e Adultos", no qual este artigo se insere, é um exemplo concreto da crescente preocupação com a EJA no ambiente acadêmico. Ele destaca a possibilidade de investigar, por meio de plataformas digitais, as experiências, desafios e inovações na EJA, ampliando o alcance da pesquisa e da colaboração entre diferentes instituições. A pesquisa online, nesse sentido, pode focar na análise de políticas públicas, estudos de caso sobre práticas pedagógicas bem-sucedidas em ambientes virtuais ou na construção de comunidades de aprendizagem para professores da EJA, demonstrando a versatilidade e a relevância da investigação acadêmica para o avanço da modalidade. Essa abordagem permite que a universidade, como defendido por Gadotti (2000), seja um espaço de produção de novos saberes e de valorização das identidades, contribuindo para a inclusão social e o respeito à diversidade cultural.

A formação de um educador verdadeiramente preparado para superar o analfabetismo na EJA passa, portanto, pela integração indissociável entre ensino, pesquisa e extensão na graduação. É nesse tripé que se constroem os saberes e as práticas necessárias para uma atuação docente, capaz de reconhecer e valorizar o sujeito da EJA em sua plenitude e de promover sua participação cidadã ativa e consciente, indo ao encontro das propostas de Arroyo (2007) de que

a EJA deve ser um espaço de construção de novas oportunidades e significados, e não apenas de compensação.

Conclusões

A formação do educador para atuar na Educação de Jovens e Adultos, especialmente no combate ao analfabetismo, exige uma abordagem diferenciada, aprofundada e multifacetada. O presente artigo reitera a necessidade de que os cursos de graduação incorporem as peculiaridades da EJA em seus currículos, promovendo a pesquisa e a extensão como pilares para uma formação docente significativa e contextualizada. A ausência de uma formação específica para a EJA nas licenciaturas tradicionais representa uma lacuna que precisa ser preenchida para garantir a qualidade da educação oferecida a este público.

As análises apresentadas sobre as taxas de analfabetismo em estados como Ceará, Distrito Federal, Goiás e São Paulo evidenciam a persistência deste desafio em diferentes realidades regionais e a urgência de uma ação pedagógica especializada e adaptada. A EJA não é uma modalidade homogênea; suas demandas variam conforme o contexto socioeconômico, cultural e geográfico dos educandos. Portanto, a formação docente deve preparar o futuro professor para atuar de forma flexível e criativa, adaptando suas estratégias às necessidades específicas de cada grupo de alunos. O Pacto da EJA, ao estabelecer diretrizes que promovem uma educação de qualidade e contextualizada, oferece um norte estratégico para essa ação, orientando a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e alinhadas aos princípios da educação libertadora e inclusiva.

A contribuição de teóricos da educação oferece a base conceitual sólida para entender o educando da EJA não apenas como um receptor de conhecimento, mas como um sujeito de direitos, de saberes e de sua própria história. A pesquisa na graduação, aliada à extensão universitária, surge como um caminho para que os futuros docentes possam não apenas compreender essas teorias em sua profundidade, mas também aplicá-las e desenvolvê-las em práticas pedagógicas inovadoras e transformadoras. Por meio da pesquisa, os estudantes de licenciatura podem investigar os desafios da EJA, propor soluções e contribuir para a produção de conhecimento na área. A extensão, por sua vez, proporciona a vivência prática, a troca de experiências com a comunidade e a construção de projetos que impactam diretamente a vida dos educandos. Assim, a universidade cumpre seu papel social de formar profissionais capazes de enfrentar os complexos desafios educacionais do país, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e alfabetizada.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. (2007). **Professores da Educação Básica: por um novo desenho de sua formação.** Revista Brasileira de Educação, (34), 163-183.

BRASIL. IBGE. (2022). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Educação.** Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-anual.html?t=resultados>. Acesso em: 06 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). (s.d.). **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) – EJA.** Documentos. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja/documentos>. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). (s.d.). **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) – EJA.** Legislação e Atos Normativos. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja/legislacao-e-atos-normativos>. Acesso em: 06 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. (1987). **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GADOTTI, Moacir. (2000). **Pedagogia da práxis.** São Paulo: Cortez.

SAVIANI, Dermeval. (2005). **Escola e democracia.** 38. ed. Campinas, SP: Autores Associados.

TEIXEIRA, Anísio. (1968). **Educação é um direito.** São Paulo: Companhia Editora Nacional.